



# Prefeitura Municipal de Maria da Fé

Praça Getúlio Vargas, 60 - Fone/Fax (35) 3662.1463 - Maria da Fé - MG  
CNPJ - 18.025.957/0001-58

## PARECER JURÍDICO

SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE PROFESSOR REGENTE DE AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA AS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL II, DA REDE MUNICIPAL, POR MEIO DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.463 de 01/02/2013 .

### 1-RELATÓRIO

Trata-se de pedido de emissão de parecer em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2020, visando a classificação dos inscritos para contratação temporária de professor de Regente de aulas de Língua Portuguesa, para as séries do Ensino Fundamental II, da Rede Municipal.

Nestes termos, necessário analisar o questionamento com fundamento na Legislação Municipal pertinente, bem como a Legislação Federal, tocante ao tema.

### II – FUNDAMENTAÇÃO:

**A Lei Municipal nº 1.463 de 01/02/2013, em seu art. 2º os prerequisites e atribuições para o exercício do cargo de Professor Municipal, assim disposto:**

**Cargo: Professor Municipal, Classes: Professor Municipal, Prerequisites: Diploma de Habilitação pela da Disciplina específica (Critério Preferencial);** Diploma de habilitação em curso Normal Superior ou Pedagogia com pós graduação da disciplina específica; Diploma de Curso Superior com certificado expedido por programa especial de complementação pedagógica na disciplina específica nele constante, nos termos da Res. CNE 02/2007 e demais atos normativos pertinentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, diz o seguinte:

#### TÍTULO VI

-Dos Profissionais da Educação

(...)

Art. 62º. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, **em curso de licenciatura, de graduação plena**, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério

Prefeitura Municipal de Maria da Fé

**Carlos Alberto Lemes**  
Advogado OAB / MG 95.716  
Assessor Jurídico



# Prefeitura Municipal de Maria da Fé

Praça Getúlio Vargas, 60 - Fone/Fax (35) 3662.1463 - Maria da Fé - MG  
CNPJ - 18.025.957/0001-58

na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

A Lei nº 12.014 de 6 de agosto de 2009, que alterou o art. 61 da LDB, diz o seguinte:

"Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – **professores habilitados** em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

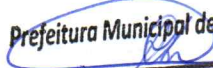
II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades."

Com fundamentação na Legislação acima mencionada, concluímos, s.m.j, que para ser **professor de ensino primário**, ou seja, para o exercício da docência no **ensino fundamental I**, a legislação **exige a formação em Pedagogia**.

O curso de Pedagogia é um curso superior de graduação, na modalidade de licenciatura, que dura em média três anos e tem como finalidade formar professores para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (até o 5º ano).

Além de lecionar no ensino fundamental, o pedagogo pode também trabalhar com educação infantil (creches e pré-escolas), supervisionar e coordenar atividades escolares,

Prefeitura Municipal de Maria da Fé  
  
**Carlos Alberto Lemes**  
Advogado OAB / MG 95.716  
Assessor Jurídico





# Prefeitura Municipal de Maria da Fé

Praça Getúlio Vargas, 60 - Fone/Fax (35) 3662.1463 - Maria da Fé - MG  
CNPJ - 18.025.957/0001-58

orientar educacionalmente alunos e dirigir escolas (essas funções de gestão em geral exigem também no mínimo uma especialização).

Para ser **professor de ensino de fundamental II (5º ao 9º ano) e ensino médio** é exigido o **curso de licenciatura** na área de formação específica, por exemplo: Química, Física, Letras, Matemática, Geografia, Ciências Biológicas.

As licenciaturas são cursos superiores de graduação e têm a duração média de 3 a 4 anos. Quem opta pela licenciatura tem a carga horária de disciplinas divididas em específicas (da área escolhida) e pedagógicas (didática, políticas educacionais e outras bases importantes sobre educação). É um curso onde já se sai habilitado a assumir aulas.

Há de se considerar ainda, que a Administração Pública, com fundamento no Princípio da Autotutela Administrativa, pode rever os seus atos, revoga-los ou mantê-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial, como ensina MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO:

*"Enquanto pela tutela a Administração exerce controle sobre outra pessoa jurídica por ela mesma instituída, pela autotutela o controle se exerce sobre os próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário.*

*É uma decorrência do princípio da legalidade; se a Administração Pública está sujeita à lei, cabe-lhe, evidentemente, o controle da legalidade.*

*Esse poder da Administração está consagrado em **duas Súmulas do STF. Pela de n. 364, "a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos"; e pela de n. 473, "a administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."***

A referida autonomia pauta-se pela análise da conveniência e da oportunidade, elementos típicos do mérito administrativo, isto é, com conteúdo inerente de gestão.

### III – CONCLUSÃO:

Prefeitura Municipal de Maria da Fé

**Carlos Alberto Lemes**  
Advogado OAB / MG 95.716  
Assessor Jurídico



## **Prefeitura Municipal de Maria da Fé**

Praça Getúlio Vargas, 60 - Fone/Fax (35) 3662.1463 - Maria da Fé - MG  
CNPJ - 18.025.957/0001-58

Feitas essas considerações, essa assessoria jurídica conclui e opina pela realização e publicação de nova classificação dos inscritos, revogando o ato homologatório da primeira classificação dos inscritos, tudo em estrita consonância com a Legislação Municipal, acima mencionada, visando a contratação para o cargo de Professor Municipal de Língua Portuguesa para as séries do Ensino Fundamental II, da Rede Municipal.

É o parecer, s.m.j.

Prefeitura Municipal de Maria da Fé, 13 de fevereiro de 2020.

**CARLOS ALBERTO LEMES**  
OAB/MG 95.716

Assessor Jurídico e Procurador Municipal